

## **A RELAÇÃO MULHERES-EDUCAÇÃO E REGIME POLÍTICO AUTORITÁRIO NO ESTADO DE PARAÍBA (1964-1985)**

**Ana Deuza de Amorim Gonzaga** (SEDUC; SEMED)

anadeuzams@gmail.com

**Simone Varela** (IFAL)

simone.varela@ifal.edu.br

**Ênatha Ayrinne Abreu Farias** (IFAL)

eaaf3@aluno.ifal.edu.br

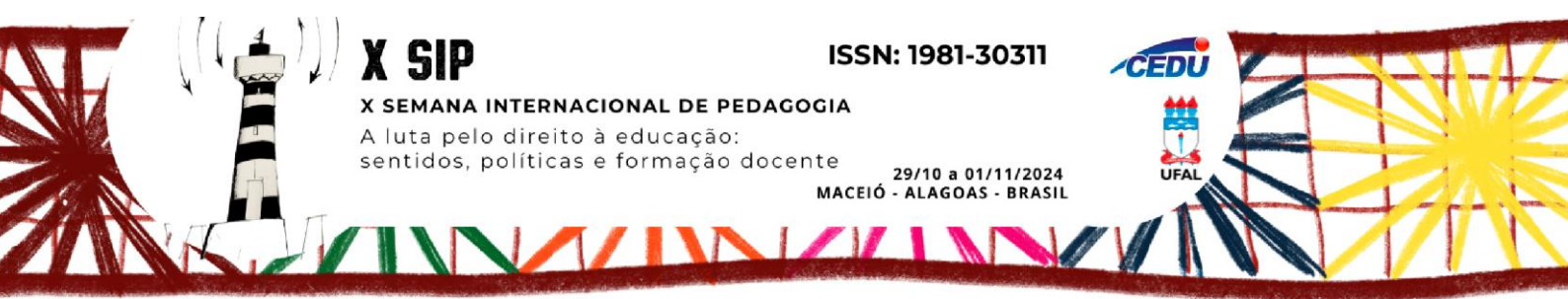
### **1 INTRODUÇÃO**

Perante uma sociedade notada, em seu percurso histórico, por diversas transgressões, privações, apagamentos e negligenciamento às mulheres e aos cuidados que permeiam suas vidas, observamos que mesmo tendo havido avanços nas reflexões, ações, legislação. Fez-se necessário, estudos, pesquisas, divulgação e ações governamentais com vistas a esclarecer, reparar, cuidar, conscientizar e promover meios que assegurem a vida digna e saudável da mulher em qualquer ambiente da sociedade.

Motivadas, também, por essas questões e especialmente pelo período da história que traçou o regime da ditadura brasileira no estado da Paraíba. Esta pesquisa tem por objeto de investigação a (auto)formação das mulheres que foram presas, perseguidas e/ou mortas durante o regime-civil militar, propondo compreender como se constituiu historicamente a relação mulher, educação e regime político autoritário no estado da Paraíba, no período de 1964 a 1985, considerando, como essa relação é refletida no contexto político nacional dos últimos anos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa constitui-se no desdobramento do projeto "A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)", submetido pela professora Dra. Raylane A Andreza Dias Navarro Barreto (UFPE), ao edital Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021.



Nesse contexto, as “vozes” corajosas do período da ditadura militar no estado da Paraíba não se diferenciam das outras cidadãs que entenderam e buscaram seus direitos ansiando viver dignamente em meio a um caos opressivo que as cercavam no mundo. Este anseio acontece até os dias de hoje, século XXI, segundo dados, atualizados, do IBGE (2018), mesmo as mulheres sendo mais escolarizadas que os homens, a participação delas é quantitativamente inferior em diversos setores da sociedade, como trabalhos nos cargos mais elevados de carreiras, nas bancadas políticas, nos ambientes de estudos científicos e na participação da gestão pública.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender processos de (auto)formação, militância política e profissionalização de mulheres que foram presas e/ou perseguidas politicamente na Paraíba durante o regime civil-militar (1964-1985). Especificamente, objetivou-se: mapear os lugares de enunciação de mulheres a partir da classe social, da autoformação, do nível de escolaridade e das funções desempenhadas, considerando a influência familiar e os valores da cultura em que essas mulheres estavam inseridas como possíveis determinantes para as ressonâncias em suas escolhas e experiências; identificar os aspectos que interferiram na sua (auto)formação para possibilitar a atuação profissional, militante e as conquistas e os desafios refletidos em seu protagonismo social.

## **3 METODOLOGIA**

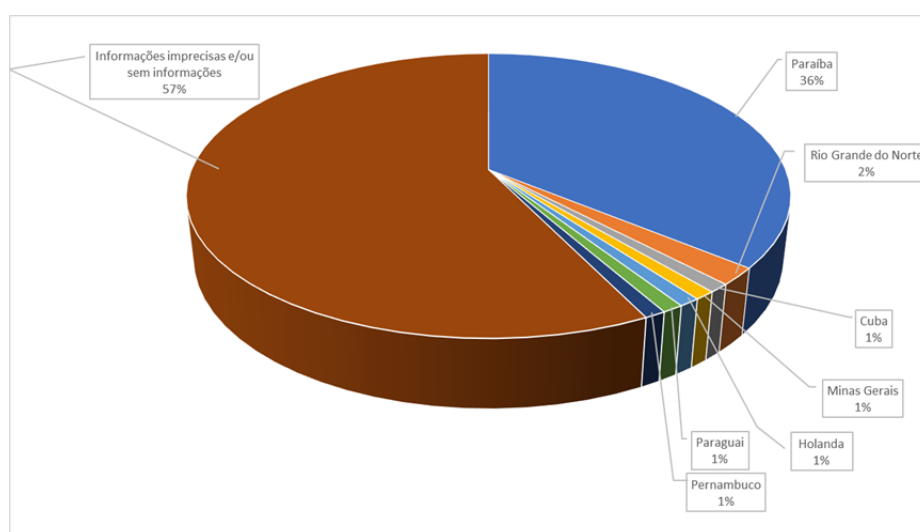
Na pesquisa a fundamentação teórica tem como pilar a triangulação entre a História Social/Cultural (Chartier, 1988; Duby, 1993), a História das Mulheres (Perrot, 2019) e a História da Educação (Vidal; Faria Filho, 2005) e assume o pressuposto de mobilizar o diálogo entre os aludidos campos, considerando a Educação de Mulheres e sua relação com uma política autoritária, o que pressupõe dos envolvidos neste processo, uma nova postura de compreensão de que o ser mulher se constitui numa construção

não apenas social, mas também cultural e educacional (Butler, 2003). Neste sentido, a investigação está fundamentada em referenciais teóricos e procedimentos metodológicos que enveredam pela pesquisa bibliográfica, a partir da qual, foram analisados livros, artigos, dissertações, teses e textos sobre educação feminina no Brasil no referido período, além do Relatório Final Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

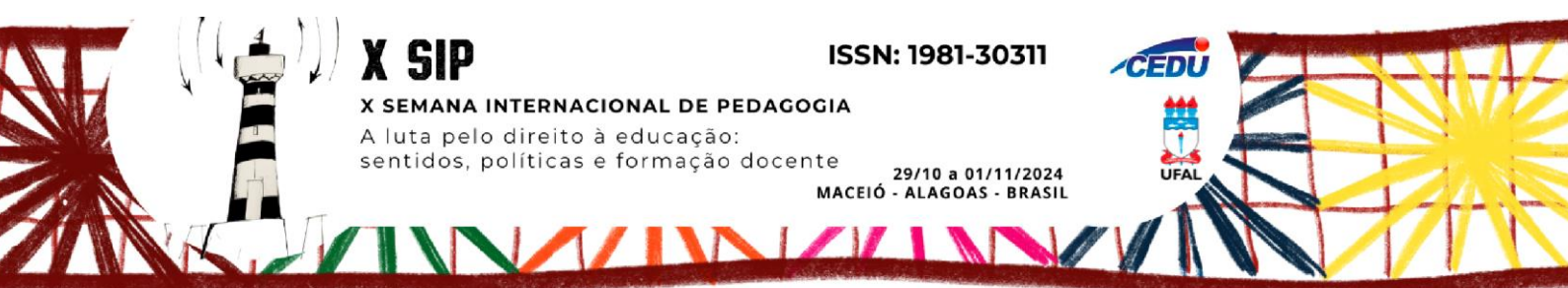
#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de dados encontrados no Relatório Final Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), pudemos mapear as origens, profissões e filiações políticas/partidárias das mulheres que foram perseguidas no estado da Paraíba no período de 1964 a 1983 (recorte temporal circunscrito no documento).

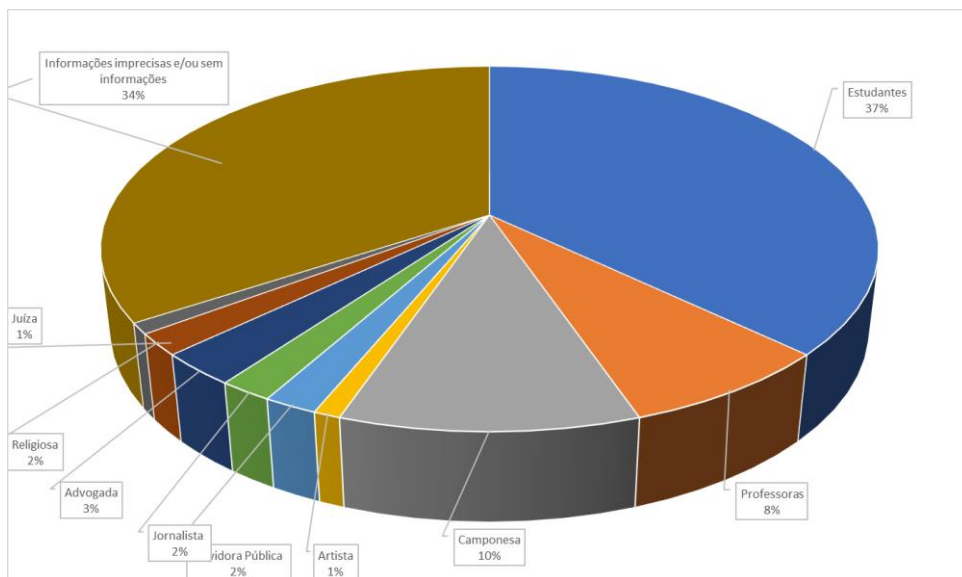
**Gráfico 1. Naturalidade**



**Fonte:** Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

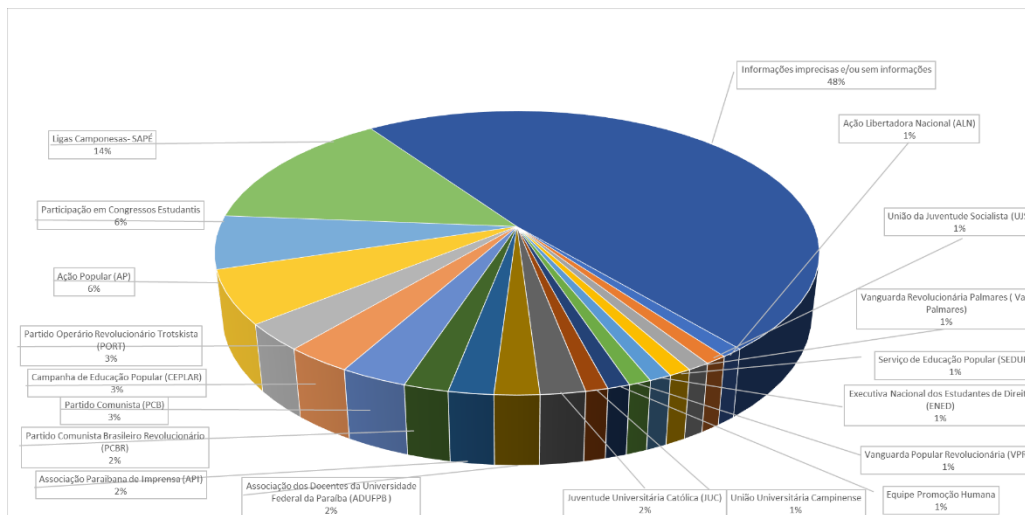


**Gráfico 2. Profissões**

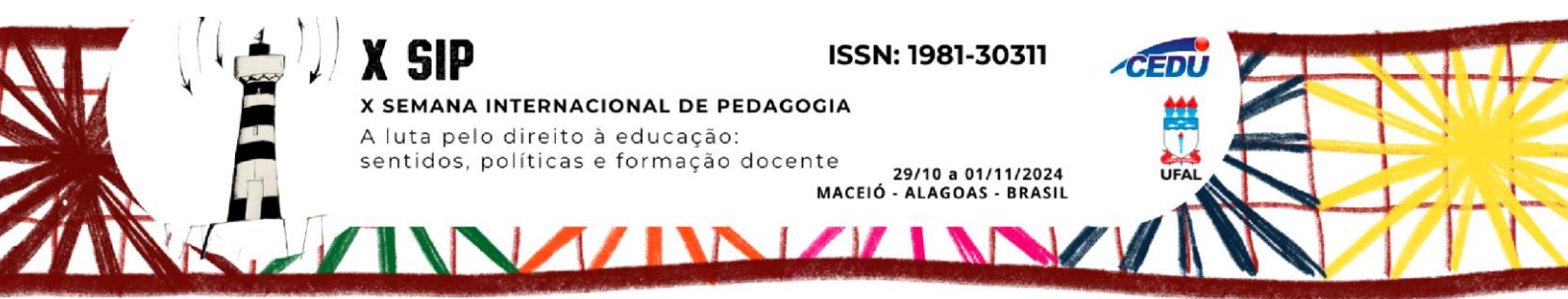


**Fonte:** Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

**Gráfico 3. Filiações e Partidos (PB)**



**Fonte:** Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

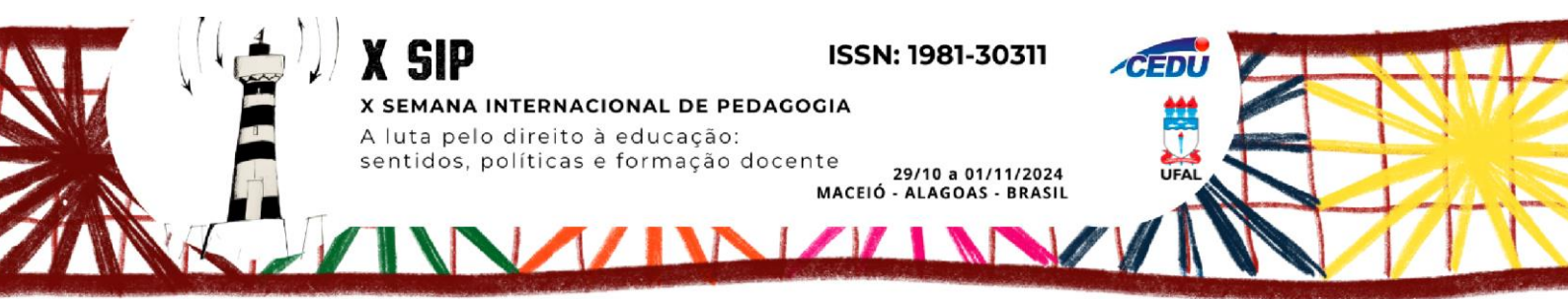


## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as principais constatações a partir da análise documental, foi observado um relevante número de mulheres que eram ou participaram de movimentos rurais, ligas camponesas, dentre elas o nome da ativista Elizabeth Altina Teixeira, que possuía o codinome: Marta Maria da Costa era a líder camponesa em Sapé - PB possuía um grande destaque e reconhecimento no movimento.

Existiram também outras frentes de movimento: Ação Popular (AP), Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA), Campanha de Educação Popular (CEPLAR), Juventude Universitária Católica (JUC), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sindicalistas Rurais, União da Juventude Socialista (UJS), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), além de outros.

Em busca de direitos e reconhecimento, essas mulheres tinham formações diversas: dona de casa, mãe de família, artistas, camponesas, atividade religiosa, estudantes e professoras. Algumas delas chegaram a perder seus empregos como professora no período ditatorial. Entre elas aparece o nome da professora Maria Salete van der Poel, natural de Campina Grande - PB foi presa 17 vezes durante a ditadura militar, estudou e trabalhou com Paulo Freire. Percebemos, portanto, que o protagonismo do enfrentamento do regime perpassa pelas ligas camponesas que estavam unidas aos movimentos rurais. A resistência das agricultoras e camponesas eram bem organizadas e articuladas.



## REFERÊNCIAS

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A relação mulheres-educação e regime político autoritário no Nordeste do Brasil (1964-1978)** - edital Universal MCTI/CNPq 2021. Disponível em: [www.portal.cnpq.br](http://www.portal.cnpq.br).

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1988.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ed. UFRJ, 1993, 162 p.

IBGE. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho> . Acesso 20 jul. 2024.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Ed. Contexto, 2019, 190p.

VIDAL, Gonçalves Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005, 139p.